

1 **ATA DA 383ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP,**
2 **REALIZADA NOS DIAS 16 E 17 DE ABRIL DE 2012 .**

3 Aos dezesseis e dezessete dias do mês de abril de dois mil e doze, os membros do
4 Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária reuniram-se na sala trezentos e
5 quatro do Edifício Sede do Ministério da Justiça, na cidade de Brasília/DF.
6 Compareceram: O Presidente, Conselheiro Herbert José Almeida Carneiro; o Vice-
7 Presidente, Conselheiro Vitore André Zílio Maximiano; e os seguintes membros: Erivaldo
8 Ribeiro dos Santos; Augusto Eduardo de Souza Rossini; Fernando Braga Viggiano;
9 Milton Jordão de Freitas Pinheiro Gomes; Gisela Maria Bester; José Laurindo de Souza
10 Neto; Pedro Sergio dos Santos; Maria Ivonete Barbosa Tamboril. Estiveram também
11 presentes os seguintes participantes externos: Valdirene Daufemback-
12 OSPEN/DEPEN/MJ; Luiz Guilherme Mendes de Paiva-STF; João Mendes Benigno
13 Filho-MP/PI; Mara Fregapani Barreta-DEPEN/MJ; Carlos Tadeu de Pinto-SEA/MJ; José
14 Luiz Saud-DEPEN/MJ; Denys Herlyn Penedo Bessa-DEPEN/MJ; Andre Luiz de Almeida
15 e Cunha-SUSIPE/PA; Gelson dos Santos-SUSEPE/RS; Paulo Renato Ribeiro; Nelson
16 Azevedo Ferreira da Silva; Luiz Fabricio Vieira Neto-DEPEN/MJ; Cezar Maranhão-
17 DEPEN/MJ; Fátima Mayumi Kowata-DEPEN/MJ; Daniel de Resende-MPF/GO; Mario
18 Luiz Bonsaglia-CNMP/MPF. Justificaram a ausência os seguintes membros: Alvino
19 Augusto de Sá; Rodrigo Duque Estrada Roig Soares e Suzann Flavia Cordeiro de Lima.
20 O Presidente do CNPCP iniciou a reunião com abertura dos trabalhos e com
21 comunicações e proposições. O Conselheiro Pedro Sérgio, em sua fala, comentou sobre
22 uma rebelião de grandes proporções que estava ocorrendo desde o dia 15 de abril de
23 2012, prosseguindo no dia de hoje, no sistema penitenciário do Estado do Sergipe,
24 frisando tratar-se da Unidade Penal COMPAJAF, administrada por uma empresa
25 terceirizada, a REVIVER, em relação à atuação da qual a imprensa noticiou severas
26 críticas por parte do SINDPEN/SE – Sindicato dos Agentes Penitenciários, e dos
27 próprios presos. O Conselheiro também propôs a constituição de uma Comissão, com
28 uma proposta e cronograma de trabalho para acompanhamento dos *Habeas Corpus*,
29 em conformidade com as propostas do Conselho Nacional de Justiça-CNJ. Tal
30 Comissão foi aprovada por unanimidade, tendo sido designados para integrá-la o
31 próprio Conselheiro Pedro Sérgio, na condição de seu Presidente, e os Conselheiros
32 Gisela Bester e Milton Jordão. Na sequência, o Conselheiro Milton Jordão informou que
33 no dia onze de abril comemoraram-se os oitenta anos da Ordem dos Advogados do
34 Brasil na Bahia, momento único para advocacia e para a justiça baiana como um todo.
35 O presidente Herbert Carneiro parabenizou o evento e realçou o compromisso da OAB

36 junto ao sistema de justiça, especialmente do tribunal de justiça, de busca
37 compromissada responsável com a cidadania. O Conselheiro Fernando Viggiano propôs
38 que fossem encaminhadas para as autoridades, ainda neste mês de abril, solicitações
39 para a elaboração do Decreto anual de Indulto, com o propósito de desde já desenvolver
40 os trabalhos sobre o assunto. A Conselheira Maria Ivonete comunicou sobre sua
41 atuação e indicação, em conjunto com o Conselheiro Alvino de Sá, junto ao Conselho
42 Federal de Psicologia na comissão organizadora de seminário sobre a atuação dos
43 psicólogos no sistema prisional. A Conselheira comunicou ainda sobre a Audiência
44 Pública no Estado da Paraíba no dia vinte e três de abril do ano corrente, na cidade de
45 João Pessoa, para tratar sobre a Inspeção Prisional realizada no período de doze a
46 quinze de março do ano corrente. A Conselheira Gisela Bester comunicou sobre fatos
47 preocupantes ocorridos no sistema penitenciário do Estado do Tocantins, veiculados
48 recentemente na imprensa local, sendo que matéria publicada no Jornal do Tocantins,
49 edição nº 5.471, de 25 de março de 2012, capa e toda página nove, noticiava que a
50 Empresa Umanizzare Gestão Prisional e Serviços Ltda, contratada pelo Governo do
51 Estado em dezembro de 2011 para administrar a Casa de Prisão Provisória de Palmas e
52 o Presídio Barra da Grota, em Araguaína, estaria utilizando ambulância com UTI móvel
53 doada pelo Ministério da Justiça/SENASP/PRONASCI ao sistema penitenciário para
54 buscar seus trabalhadores em suas casas, abastecendo seus veículos nos postos
55 credenciados pelo Estado, apesar de já receber valores específicos para isso no
56 Contrato, falhando na assistência médica aos presos e contratando mão-de-obra
57 desqualificada. Tais denúncias e outras mais teriam sido feitas pelos agentes
58 penitenciários do Estado, com fotos, documentos e vídeos. O Conselheiro Augusto
59 Rossini, na qualidade de Diretor do DEPEN, pediu um aparte para dizer que
60 considerava muito sérias essas denúncias, notadamente quanto ao desvio de uso da
61 ambulância, e comprometeu-se a oficiar ao Secretário da Justiça e dos Direitos
62 Humanos do Estado, Sr. Nilomar dos Santos Farias, para solicitar explicações a
63 respeito. A Conselheira informou ainda a recente exoneração do Secretário de Estado
64 de Justiça e Cidadania, Sr. Lélío Lauria, do Estado do Amazonas, ex-Conselheiro do
65 CNPCP e ex-Presidente do CONSEJE, após imagens estarem veiculadas na internet,
66 mostrando presos de alta periculosidade de uma das unidades penais realizando festas
67 no seu interior, inclusive com bebidas alcoólicas e petiscos. Segundo foi noticiado na
68 imprensa nacional, o afastamento do titular da SEJUS, a seu pedido, ocorreu quatro
69 dias após a divulgação de imagens de uma festa na Unidade Prisional de Puraquequara
70 (UPP), na Zona Leste de Manaus, sendo que as fotos,

71 publicadas no perfil de um detento na rede social Facebook, mostravam ainda que
72 dentro da cela havia mesas, celulares e cadeiras plásticas, além de um aparelho de som
73 de alta potência e aparelho de TV de LED. O Conselheiro Pedro Sérgio pediu um aparte
74 para lembrar que tal unidade penal do Amazonas curiosamente também é das
75 terceirizadas, e dizer que não se trata de qualquer unidade, mas de uma das melhores
76 daquele Estado em termos de infraestrutura e segurança. A Conselheira também
77 solicitou a realização de Audiência Pública no Estado do Acre, tendo em vista que o
78 CNPCP não realizava inspeção naquele Estado há mais de quatro anos, e que a visita
79 de Inspeção Prisional, realizada por ela e pela Conselheira Maria Ivonete em fins de
80 fevereiro e início de março do ano corrente, permitiu que fossem identificadas muitas
81 violações de direitos humanos fundamentais das pessoas encarceradas naquele
82 Estado. A Conselheira informou também que participou, juntamente com a Conselheira
83 Suzann Cordeiro, a convite do Fundo Global para o Combate à Tuberculose e por
84 indicação do então Presidente do Conselho, Geder Luiz Rocha Gomes, de evento sobre
85 o combate da tuberculose nas prisões, nos dias vinte e sete e vinte e oito de março, em
86 Brasília, quando foram feitos os balanços dos cinco anos dessa atuação no Brasil,
87 tratando-se de um trabalho importantíssimo e vitorioso, mas que ainda enfrenta
88 desafios, ressaltando que essas equipes de Saúde possuem um minucioso “Formulário
89 para Avaliação das Condições Ambientais para o Controle de Tuberculose em Unidades
90 Prisionais”. Por tudo isso, recomendou que a integrante do Projeto Fundo Global TB
91 Brasil, Assessora Técnica responsável pelo componente “Tuberculose nas Prisões”,
92 Sra. Alexandra Sanchez, fosse convidada pelo CNPCP para expor essa experiência na
93 próxima reunião do Conselho, sugestão que foi acatada pela unanimidade dos
94 presentes. Por último, a Conselheira Gisela Bester informou que participou,
95 representando o CNPCP, do Seminário para lançamento do Grupo de Trabalho
96 Interministerial de Saúde no Sistema Prisional, com a finalidade de elaborar a Política
97 Nacional de Saúde no Sistema Prisional, realizado nos dias dez e onze de abril, na sede
98 da FIOCRUZ, em Brasília, do qual também participou o Conselheiro Augusto Rossini e
99 sua equipe técnica do DEPEN. O Conselheiro Vitore Maximiano relatou sobre proposta
100 de reforma do Código Penal no âmbito de comissão do Senado Federal, sobretudo no
101 tocante à concessão de benefícios como o livramento condicional. O Conselheiro propôs
102 que fosse encaminhado Ofício para a referida comissão do Senado, disponibilizando o
103 CNPCP para as discussões, especialmente no tocante à matéria envolvendo política de
104 execução criminal, embora o CNPCP tenha competência para discutir amplamente a
105 reforma do código penal. O Conselheiro lamentou que o Tribunal Superior Eleitoral

106 ainda não regulamentou sobre a garantia de voto do preso provisório, no entanto
107 enfatizou que o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo iniciou, no seu âmbito, ações
108 de regulamentação local. O Conselheiro Pedro Sérgio solicitou a possibilidade de se
109 realizar uma Audiência Pública no Estado de Pernambuco, devido à Inspeção Prisional
110 realizada no mês de março do ano corrente. O Conselheiro Augusto Rossini relatou
111 sobre a importância da participação dos movimentos sociais junto aos assuntos
112 discutidos no CNPCP. O presidente Herbert Carneiro oficializou o convite para a vice-
113 presidência do CNPCP ao Conselheiro Vitore Maximiano, que aceitou o encargo. O
114 Conselheiro Vitore apresentou o Relatório dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão
115 Mista instituída pela Portaria CNPCP Nº 4, de 1º de março de 2012 (DOU de 5/3/12,
116 Edição Nº 44, Seção 2), para realizar e apresentar proposta quanto à revista íntima nas
117 unidades de privação de liberdade do Brasil. Foi apresentado também Anteprojeto de
118 Lei sobre procedimentos para revistas em visitantes nos estabelecimentos prisionais,
119 pelos Conselheiros Vitore Maximiano, Gisela Maria Bester e Maria Ivonete Tamboril,
120 elaborado pela referida Comissão, com o fim precípua de, entre outras medidas,
121 erradicar a revista vexatória. Após discussão, este Anteprojeto de Lei foi aprovado pela
122 maioria dos presentes, assim como o próprio Parecer que o acompanha, justificando-o e
123 reforçando seus propósitos, ficando designada a integrante da Comissão, Conselheira
124 Gisela Bester, para dar uniformidade ao texto e fazer a respectiva revisão final. O Sr.
125 João Mendes Benigno Filho, membro do Ministério Público do Estado do Piauí,
126 autorizado pelo presidente do CNPCP, relatou ocorrência de situação grave, incluindo
127 morte, em estabelecimento penal de seu Estado. No período vespertino, em
128 continuidade aos itens de pauta, retomaram-se as discussões sobre os assuntos
129 pertinentes à Resolução CNPCP nº 09, de 18 de novembro de 2011, que trata das
130 Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal. O Conselheiro Augusto Rossini entregou para
131 os membros do CNPCP a Informação nº 188/2012-COENA/CGPAI/DIRPP/DEPEN,
132 procedendo em seguida à sua respectiva leitura. A seguir, foi aprovado pelos membros
133 o encaminhamento da referida Informação para o CNPCP. Após, foi realizada a
134 apresentação do convidado membro do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP,
135 Sr. Mário Luiz Bonsaglia, presidente da Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do
136 Ministério Público no Sistema Carcerário e no Controle Externo da Atividade Policial,
137 que estava acompanhado do Sr. Daniel Salgado de Resende, membro do Ministério
138 Público Federal em Goiás. O Sr. Mario Bonsaglia expôs acerca da atuação do CNMP
139 nas questões referentes ao sistema carcerário nacional, explicitando o trabalho
140 realizado por membros do Ministério Público por ocasião de suas visitas e inspeções às

141 unidades prisionais brasileiras. De igual modo, o Sr. Daniel Salgado apresentou
142 propostas acerca de alteração da minuta do decreto de indulto. Em seguida, vários
143 Conselheiros fizeram questionamentos aos convidados, estabelecendo-se a
144 necessidade de maior aproximação institucional, para garantir maior eficiência dos
145 trabalhos realizados. Especificamente sobre uma reclamação de um Promotor de
146 Justiça do Estado de Alagoas, ofensiva ao CNPCP enquanto Conselho e aos
147 Conselheiros Alvino e Gisela, em decorrência de inspeção destes àquele Estado, o Sr.
148 Mario Bonsaglia solicitou que lhe fosse enviada cópia do respectivo processo, para que
149 o CNMP possa averiguar o caso, não importando ter-se passado já um certo tempo
150 disso. No segundo dia de reunião foi apresentado o Relatório de Inspeção em
151 estabelecimentos penais do Estado do Acre, pelas Conselheiras Gisela Bester e Maria
152 Ivonete, cujas visitas deram-se entre os dias vinte e nove de fevereiro e três de março
153 do ano corrente, em Rio Branco e em Cruzeiro do Sul, ao todo tendo sido inspecionadas
154 sete unidades penais, e sido realizadas três reuniões presenciais com o Diretor do
155 IAPEN e com os Defensores Públicos da Execução Penal em Rio Branco, e também
156 com o Promotor de Justiça Substituto Walter Teixeira Filho, atuando na Execução Penal
157 de Cruzeiro do Sul. O referido Relatório foi aprovado por unanimidade pelos presentes,
158 assim como também a realização de uma Audiência Pública em Rio Branco, no mês de
159 maio próximo vindouro, para a discussão deste mesmo Relatório com as autoridades
160 acreanas responsáveis pela execução penal no sistema penitenciário do Estado, e com
161 a sociedade civil organizada, notadamente tendo em vista os sérios problemas de
162 violações de direitos humanos fundamentais de pessoas presas no Acre, identificados
163 pelas duas Conselheiras, e da demora em inaugurar duas Unidades Penais prontas, o
164 que por si só já amenizaria uma parte desses problemas. O Conselheiro e Diretor do
165 DEPEN Augusto Rossini expôs os documentos que confirmam a situação de conclusão
166 de tais Unidades, e o montante de verbas federais que o Acre recebeu para construí-las,
167 informando que o problema, portanto, não vem sendo de repasse de recursos
168 financeiros, mas sim de gestão. Por sugestão do próprio Conselheiro Rossini, acatada
169 por todos os demais presentes, foi também decidido que o CNPCP oficiaria nesta data
170 ao DEPEN a respeito de uma particular disfunção de gestão na administração
171 penitenciária daquele Estado – ao permitir que um só servidor acumulasse a Direção de
172 três unidades penais, sendo uma delas feminina –, para que o DEPEN possa tomar
173 providências cabíveis. Essa ação do CNPCP foi realizada por meio da elaboração do
174 Memorando nº 118/CNPCP-2012, de dezessete de abril de dois mil e doze. Em seguida,
175 foi apresentada minuta de Resolução sobre o Uso de Algemas em Presos, Enfermos e

176 Parturientes em estabelecimento de saúde, pelo Conselheiro Milton Jordão, e sua
177 votação será item de pauta para a próxima reunião do CNPCP. O Presidente Herbert
178 José Almeida Carneiro encerrou os trabalhos agradecendo a presença de todos os
179 presentes. Para constar, lavrou-se a presente ata, redigida por mim, Jussara Isaac
180 Ribeiro e revisada pelo servidor Jefferson Alves Lopes.

181

182

Herbert José Almeida Carneiro

183

Presidente do CNPCP

184

185

186

Publicado no DOU, de 19/09/2012, página 29 e 30 – Seção 1 - ISSN 1677-7042 .

187

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>,
188 pelo código 00012012091100031

189

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
190 Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

191

192